



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10

Proc.: 10.285/17-e

**Processo nº:** 10.285/17-e

**Jurisdicionadas:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES/DF e Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF

**Assunto:** Auditoria Integrada

**Órgão Técnico:** Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP

**MPC:** Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

**Sessão:** Pauta nº 5, S.O. nº 5243, de 24.2.2021

**Publicação:** DODF nº 34, de 22.2.2021, pág. 15

**Ementa:** AUDITORIA. SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DF. IRREGULARIDADES. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES. AUTUAÇÃO DE PROCESSO DE MONITORAMENTO. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

**Resumo:** Auditoria Integrada realizada, em cumprimento ao Plano Geral de Ação para o exercício 2017, na Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF, para avaliar a regularidade, o controle e a transparência da execução dos serviços de acolhimento e proteção social prestados por entidades que celebraram Termos de Colaboração com o órgão.

Constatação de irregularidades.

Encaminhamento da versão prévia do Relatório de Auditoria aos titulares da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAG/DF para conhecimento e manifestação (Despacho Singular nº 72/2018-GCPM). Remessa de considerações.

Elaboração do Relatório Final.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10

Proc.: 10.285/17-e

Determinações e recomendações à Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAG/DF e aos Conselhos de Políticas Públicas vinculados à SEDESTMIDH/DF (Decisão nº 4.328/18-CPM). Encaminhamento de documentos.

Reiteração do decidido, com alerta sobre a possibilidade de aplicação de multa em caso de descumprimento de deliberação da Corte (Decisão nº 2.315/19-CPM). Envio de documentos.

Autuação do Processo nº 7.743/20-e para fins de monitoramento das medidas adotadas em atenção às diligências exaradas pelo Tribunal.

**Nesta fase:** análise do cumprimento das determinações e recomendações vazadas na Decisão nº 4.328/18-CPM, reiterada pela Decisão nº 2.315/19-CPM.

PARECERES CONVERGENTES, com adendo do Órgão Ministerial.

A Instrução sugere o arquivamento dos autos, considerando que a avaliação sobre a efetividade das ações implementadas se dará por meio de monitoramento realizado no Processo nº 7.743/20-e.

O **Parquet** especializado aquiesce às conclusões do Corpo Técnico, com acréscimo de que o Tribunal determine a juntada de cópia de documentos constantes dos presentes autos ao processo de monitoramento.

VOTO de acordo com os Pareceres, com ajuste.

## RELATÓRIO

Cuidam os autos de Auditoria Integrada realizada, em cumprimento ao Plano Geral de Ação para o exercício 2017, na Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10

Proc.: 10.285/17-e

Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF<sup>1</sup>, para avaliar a regularidade, o controle e a transparência da execução dos serviços de acolhimento e proteção social prestados por entidades que celebraram Termos de Colaboração com o órgão.

2. Para execução da referida fiscalização, foram formuladas as seguintes questões:

***Questão de Auditoria nº 01: As Organizações da Sociedade Civil que celebram Termos de Colaboração com a SEDESTMIDH estão cumprindo o proposto no Plano de Trabalho conforme a legislação?***

***Questão de Auditoria nº 02: A SEDESTMIDH monitora e avalia as parcerias firmadas com organizações da sociedade civil e analisa as prestações de contas na forma estabelecida pela legislação?***

***Questão de Auditoria nº 03: A SEDESTMIDH propicia condições necessárias ao exercício do controle social e permite transparência às informações pertinentes às parcerias firmadas?***

3. Os achados encontrados foram condensados no Relatório Prévio de Auditoria (e-doc 434C24C3-e), remetido aos titulares da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAG/DF para conhecimento e manifestação (Despacho Singular nº 72/2018-GCPM, e-doc 50BB50C1-e).

4. As jurisdicionadas encaminharam suas considerações por meio dos Ofícios SEI-GDF nºs 687/2018-SEPLAG/GAB (e-doc D906682E-c), 136/2018-SEDESTMIDH/GAB (e-doc 402FB8E6-c) e 798/2018 – SES/GAB (e-doc 2E5ED7CA-c).

5. Os apontamentos encaminhados foram examinados pela Unidade Técnica e considerados na elaboração do Relatório Final de Auditoria (e-doc D0C16C13-e).

---

<sup>1</sup> Atual Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10

Proc.: 10.285/17-e

6. O Tribunal, na Sessão Ordinária de 13.9.2018, acolhendo o Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 4.328/18 (e-doc 725A5B0E-e), **in verbis**:

**DECISÃO Nº 4.328/2018 (CPM)**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Relatório Final de Auditoria (e-doc D0C16C13-e); b) dos Ofícios SEI-GDF nºs 687/2018-SEPLAG/GAB (edoc D906682E-c), 136/2018-SEDESTMIDH/GAB (e-doc 402FB8E6-c) e 798/2018-SES/GAB (e-doc 2E5ED7CAc); II – determinar à Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Governo do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF que, doravante: a) verifique, periodicamente, se as condições de infraestrutura das entidades parceiras são suficientes e adequadas para atendimento da meta pactuada, conforme previsto nos Planos de Trabalhos aprovados (Achado 1); b) promova a transparência dos dados relativos às parcerias realizadas por meio de Termo de Colaboração, incluindo a divulgação de informações referentes à situação das prestações de contas, na forma dos arts. 10 a 12 da Lei Federal nº 13.019/147 (Achado 4); c) exija dos gestores das entidades parceiras a publicação das informações com o conteúdo e forma previstos no art. 11, "caput" e parágrafo único, da Lei nº 13.019/14 (Achado 4); d) ofereça suporte técnico e administrativo aos Conselhos de Políticas Públicas vinculados à Pasta, garantindo condições adequadas para o exercício de suas atribuições (Achado 5); e) garanta, em seu sítio eletrônico oficial, espaço reservado para inclusão de informações relativas aos Conselhos de Políticas Públicas vinculados à SEDESTMIDH/DF, tais como relação dos membros, indicando o grupo que representam; canais de comunicação; competências legais; cronograma de reuniões; atas das reuniões; relatórios das ações realizadas (Achado 5); f) implemente mecanismos de controle e avaliação das atividades realizadas e do cuidado oferecido aos acolhidos na rede própria (Achado 6); III – determinar à Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF que adote as seguintes medidas, dando conhecimento ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, das ações implementadas: a) faça constar dos Editais de Chamamento Público, assim como dos Termos de Colaboração pactuados com Organizações da Sociedade Civil, a previsão de: 1) indicadores de desempenho ou parâmetros objetivos para aferir o cumprimento integral das metas e resultados estabelecidos nos Planos de Trabalhos das entidades, de acordo com a modalidade do serviço prestado, nos termos do art. 22, inciso IV, da Lei nº 13.019/14 e do art. 28, inciso II, do Decreto Distrital nº 37.843/16 (Achado 1); 2) sanções a serem aplicadas em função dos resultados de indicadores de desempenho que comprovem a*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10

Proc.: 10.285/17-e

execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, nos termos do art. 73, da Lei Federal nº 13.019/1410 e do art. 74 do Decreto Distrital nº 37.843/1611 (Achado 1); b) adote medidas para que, após a criação dos indicadores de desempenho, sejam aditados os Termos de Colaboração anteriormente celebrados, tornando obrigatória a aferição dos mesmos (Achado 1); c) promova serviços de manutenção e reforma da infraestrutura das unidades, prioritariamente nas UNAF e na UNAM, de modo a garantir adequadas condições de higiene e de segurança (Achado 6); d) promova a adequação da infraestrutura da “Central de Acolhimento” para permanência temporária dos usuários do serviço até a alocação das vagas (Achado 6); e) altere a atual sistemática de escalas de serviço de 24/72h nas unidades de funcionamento ininterrupto, adotando regime de trabalho compatível com as atribuições que devem ser realizadas pelos servidores, definindo jornadas de trabalho conforme previsto nas legislações que regem o assunto (Achado 6); **IV – determinar à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAG/DF que encaminhe ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias**, medidas adotadas acerca da implementação de plataforma eletrônica necessária à gestão de informações relacionadas às prestações de contas e a todos os atos que delas decorram, visando atender ao estabelecido no art. 65 da Lei nº 13.019/1412, arts. 83 e 86 do Decreto nº 37.843/16 13 (Achado 4); **V – determinar à Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal – SES/DF e à Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias**, estabelecem, conjuntamente, protocolos de atendimento que garantam o cuidado adequado aos dependentes químicos acolhidos pela rede de assistência social no âmbito do Governo do Distrito Federal (Achado 6); **VI – recomendar: a) à Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF que:** 1) garanta condições adequadas para o funcionamento e o cumprimento das atribuições da Comissão de Monitoramento e Avaliação (Achado 2); 2) implemente controle da apresentação dos Relatórios Mensais Qualitativos e Quantitativos dos atendimentos prestados pelas entidades parceiras, com aplicação de sanções previstas na legislação para o descumprimento da obrigação (Achado 3); 3) ofereça capacitação e condições adequadas para que os Gestores de Parcerias exerçam com excelência suas atribuições (Achado 3); 4) realize controle tempestivo e adequado em relação aos beneficiários atendidos nas unidades parceiras e na rede própria, identificando a correta localização de cada usuário, bem como a quantidade de vagas disponíveis por unidade de atendimento (Achado 3); 5) reveja, entre os acolhidos na rede própria, os indivíduos com deficiências que necessitem de tratamento diferenciado, e, sempre que possível,





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10

Proc.: 10.285/17-e

*mantenha-os em Organizações da Sociedade Civil preparadas para atender essa população específica (Achado 6); 6) disponibilize recursos financeiros às unidades de acolhimento da rede própria para a realização de despesas de pequeno vulto, de modo a garantir o regular e adequado funcionamento dos serviços ofertados, por meio da utilização, por exemplo, de suprimento de fundos ou de programa de descentralização financeira (Achado 6); 7) defina os fluxos de acolhimento para a população LGBT, indicando, inclusive, a unidade de acolhimento responsável (Achado 6); **b) aos titulares dos Conselhos de Políticas Públicas vinculados à SEDESTMIDH/DF** que adotem medidas para garantir a atuação eficiente desses Colegiados, a exemplo de promover reuniões e deliberações periódicas; elaborar plano de ação; realizar visitas às entidades/organizações; apurar denúncias recebidas; capacitar regularmente os conselheiros; dar transparência às informações apresentando regularmente para a sociedade, relatórios das ações realizadas, ao menos no sítio eletrônico da SEDESTMIDH/DF (Achado 5); VII – autorizar o envio da cópia do Relatório Final de Auditoria e desta decisão: a) aos titulares da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF, da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAG/DF, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e dos Conselhos de Políticas Públicas vinculados à SEDESTMIDH/DF (Conselho de Assistência Social; Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional; Conselho de Direitos da Mulher; Conselho de Defesa dos Direitos do Negro; Conselho Distrital de Promoção e Defesa de Direitos Humanos; Conselho de Direitos do Idoso; Conselho de Defesa de Direitos da Pessoa com Deficiência; Conselho do Trabalho do Distrito Federal; Conselho Administrativo do Fundo para Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno; Conselho Distrital do Cooperativismo e Associativismo) para ciência e adoção das providências cabíveis; b) ao Exmº. Sr. Governador do Distrito Federal; VIII – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria, para adoção das providências de praxe.*

*Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA.”*

7. Notificadas do **decisum**, as jurisdicionadas solicitaram prorrogação de prazo por 90 (noventa) dias para atendimento das diligências exaradas, tendo sido parcialmente atendidas em seu pleito, conforme Decisão da Presidência nº 013/2019-P/AT (e-doc 9CED83B2-e), que concedeu a dilação de prazo por 30 (trinta) dias.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10

Proc.: 10.285/17-e

8. Diante da inércia dos órgãos jurisdicionados, o Tribunal, na Sessão de 9.7.2019, acolhendo o Voto deste Relator, proferiu a Decisão nº 2.315/19-CPM (e-doc 724CE79D-e), por meio da qual determinou a reiteração dos termos da Decisão nº 4.328/201, alertando aos Titulares das Pastas quanto à possibilidade de aplicação de multa em caso de não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada (art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 1/94).

9. Em resposta, **foram encaminhados os seguintes documentos:**

a) Ofício SEI-GDF nº 2035/2019 - SES/GAB (e-doc 41264A21-c), encaminhado pela Secretaria de Estado de Saúde do DF;

b) Ofício SEI-GDF nº 669/2019 – SEDES/GAB (e-doc A8E15644-c), remetido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do DF;

c) Ofício nº 3400/2020 – SEEC/GAB (e-doc C127CF3D-c), encaminhado pela Secretaria de Estado de Economia do DF.

### MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

10. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 42/2020-DIASP2 (e-doc F4A07F78-e), de 29.6.2020, analisa a matéria nos termos seguintes:

*“7. Considerando que a avaliação da efetividade das ações implementadas se dará por meio de monitoramento em autos apartados, mediante o Processo nº 7743/2020, e considerando que, as providências tomadas pelas SEDES/DF, SEEC/DF e SES/DF estão intrinsecamente relacionadas à Decisão nº 4328/2018, faz-se necessária a análise conjunta das medidas adotadas nos autos do referido monitoramento, sendo que todas as peças necessárias à sua instrução foram acostadas ao Processo nº 7743/2020.*

*8. Nesse sentido, entende-se encerrado o curso dos presentes autos, sugerindo à Corte de Contas o seu arquivamento.”*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10

Proc.: 10.285/17-e

11. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal que:

*“I. tome conhecimento da Informação nº 42/2020-DIASP2;*

*II. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP para fins de arquivamento”*

### MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

12. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 967/2020-3GP (e-doc [BB06AA89-e](#)), de 27.11.2020, da lavra do Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, aquiesce à proposta da Unidade Instrutória, com adendo. Do mencionado Parecer, destaco:

*“9. Passo a opinar, destacando, inicialmente, que o Ministério Público converge às conclusões do Corpo Técnico, Informação n. 42/2020-DIASP2, peça 104, e-doc F4A07F78-e.*

*10. Todavia, considerando que não houve exame de mérito das informações prestadas, este representante do Ministério Público opina para que o Tribunal de Contas determine a juntada, no processo de monitoramento, Processo nº 7743/2020, de cópias dos documentos recebidos, o Ofício SEI – GDF nº 2035/2019 – SES/GAB (peça 89, e-doc 41264A21-c) e Ofício SEI – GDF nº 669/2019 – SEDES/GAB (peça 101, e-DOC A8E15644), para que sejam examinados ao tempo do monitoramento.*

*11. Assim, o Ministério Público opina pelo acolhimento das proposições da Informação n. 42/2020-DIASP2, peça 104, e-doc F4A07F78-e, com ajuste formal apresentado no parágrafo 10 do parecer.”*

É o Relatório.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10

Proc.: 10.285/17-e

### VOTO

13. Nesta fase, examina-se o cumprimento da Decisão nº 4.328/18-CPM, reiterada pela Decisão nº 2.315/19-CPM, por meio da qual o Tribunal, acolhendo a proposta contida no Relatório Final de Auditoria, exarou **determinações e recomendações** à Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF<sup>2</sup>, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAG/DF<sup>3</sup> e aos Conselhos de Políticas Públicas vinculados à então SEDESTMIDH/DF.

14. O Corpo Técnico comunica que a avaliação sobre a efetividade das medidas implementadas se dará no âmbito do Processo nº 7.743/20-e, autuado para esse fim. Em consequência, manifesta-se pelo encerramento do curso dos presentes autos, sugerindo o seu arquivamento.

15. O douto **Parquet** aquiesce às conclusões da Instrução, com o adendo de que o Tribunal determine a juntada, ao processo de monitoramento, de cópias dos documentos recebidos em resposta ao **decisum**, os quais ainda pendem de análise de mérito.

16. Passa-se à apreciação.

17. Não se vislumbram reparos à proposta de arquivamento trazida pelos Pareceres, haja vista ter sido autuado o Processo nº 7.743/20-e para o monitoramento das ações adotadas em resposta à Decisão nº 4.328/18-CPM.

18. Com relação ao acréscimo do **Parquet** especializado, verifica-se que, de fato, ainda não houve a juntada dos referidos documentos ao Processo nº 7.743/20-e, em que pese estes se encontrem referenciados no sistema e-TCDF.

19. Desse modo, oportuno que o Tribunal determine a juntada, ao Processo nº 7.743/20-e, de cópias dos documentos mencionados no §10 do Parecer ministerial e dos demais documentos que possam subsidiar as

<sup>2</sup> Atual Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES/DF.

<sup>3</sup> Atual Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10

Proc.: 10.285/17-e

análises a serem empreendidas no bojo daquele processo.

Ante o exposto, de acordo com os Pareceres, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. determine a juntada, ao Processo nº 7.743/20-e, que cuida do monitoramento da Decisão nº 4.328/18, de cópias dos documentos mencionados no §10 do Parecer nº 967/2020-3GP (e-doc BB06AA89-e) e dos demais documentos constantes dos presentes autos que possam subsidiar as análises a serem empreendidas no âmbito daquele processo de monitoramento;

II. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP para arquivamento.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2021.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro – Relator**

Distribuição antecipada.